

**Linguagem regional x norma padrão: uma perspectiva de
valoração da língua falada e escrita**

**Regional language x standard norm: a perspective on valuing
spoken and written language**

**Lenguaje regional x norma estándar: una perspectiva sobre la
valoración del lenguaje hablado y escrito**

DOI: 10.54033/cadpedv22n1-118

Originals received: 12/13/2024

Acceptance for publication: 01/03/2025

Luciana de Lima Reis

Mestranda em Letras/Literatura

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

Endereço: Barra do Corda, Maranhão, Brasil

E-mail: luciana.reis@uemasul.edu.br

Wallace de Lima Reis

Especialista em Linguística

Instituição: Faculdade Patrocínio (FAP)

Endereço: Barra do Corda, Maranhão, Brasil

E-mail: wallacereis29@gmail.com

Natália Coutinho dos Santos

Licenciatura em Letras

Instituição: Faculdade Única de Ipatinga

Endereço: Barra do Corda, Maranhão, Brasil

E-mail: natuemanet@gmail.com

Claudilene de Sousa Alves

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

Endereço: Barra do Corda, Maranhão, Brasil

E-mail: claudilene.alves@uemasul.edu.br

Gilson Felipe Teixeira Campos

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras

Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

Endereço: Barra do Corda, Maranhão, Brasil

E-mail: gilson.campos@uemasul.edu.br

Maria da Guia Taveiro Silva

Doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

Endereço: Imperatriz, Maranhão, Brasil

E-mail: maria.silva@uemasul.edu.br

RESUMO

Este artigo tem por objetivo conciliar dentro da sala de aula na aula de Língua Portuguesa a linguagem regional e a norma-padrão. Para direcionamento desse estudo estruturou-se em pesquisa bibliográfica fundamentada nos estudos de autores como Bortoni-Ricardo (2004) Bagno (2012), Coelho *et al.* (2018), Faraco (2008) e Soares (2017) entre outros, que em seus estudos descrevem e contextualizam a linguagem regional e norma-padrão e as vias para valoração da língua de uso habitual frente à aprendizagem da norma-padrão. Descrevendo como o contrário pode acontecer, fortalecendo assim o preconceito que ainda existe quanto à linguagem e suas peculiaridades. Logo, na análise, verifica-se que é riqueza o respeito à origem e cultura que outro descende e que conhecer a norma-padrão dotado de respeito ao outro e a sua origem é fator positivo para um aprendizado efetivo em visão da desconstrução de preconceitos à linguagem regional. Ao fim, deseja-se que esse trabalho, diante de toda bibliografia que se estruturou, seja orientativo para o professor trabalhar com seus alunos a concreta sonância da língua norma-padrão e a linguagem regional numa perspectiva de aprendizado e respeito.

Palavras-chave: Linguagem Regional. Norma-Padrão. Respeito. Língua Falada.

ABSTRACT

This article aims to reconcile regional language and standard norms in the Portuguese language classroom. To guide this study, bibliographic research was structured based on studies by authors such as Bortoni-Ricardo (2004), Bagno (2012), Coelho *et al.* (2018), Faraco (2008) and Soares (2017), among others, who in their studies describe and contextualize regional language and standard norms and the ways to value the language of common use in relation to learning the standard norm. Describing how the opposite can happen, thus strengthening the prejudice that still exists regarding language and its peculiarities. The analysis soon verifies that respect for the origin and culture from which others descend is rich and that knowing the standard norm endowed with respect for others and their origin is a positive factor for effective learning with a view to deconstructing prejudices against regional language. In the end, it is hoped that this work, in light of all the bibliography that has been structured, will be a guide for teachers to work with their students on the concrete resonance of the standard language and regional language from a perspective of learning and respect.

Keywords: Regional Language. Standard Norm. Respect. Spoken Language.

RESUMEN

Este artículo pretende conciliar las normas lingüísticas regionales y estándar en el aula de lengua portuguesa. Para orientar este estudio se estructuró la investigación bibliográfica con base en estudios de autores como Bortoni-Ricardo (2004), Bagno (2012), Coelho et al. (2018), Faraco (2008) y Soares (2017) entre otros, quienes en sus estudios describen y contextualizan la lengua regional y la norma estándar y las formas de valorar la lengua de uso habitual en relación con el aprendizaje de la norma estándar. Describiendo cómo puede suceder lo contrario, reforzando así el prejuicio que aún existe respecto al lenguaje y sus particularidades. El análisis muestra inmediatamente que el respeto al origen y la cultura de donde descienden los demás es una riqueza y que conocer la norma estándar con respeto a los demás y su origen es un factor positivo para un aprendizaje efectivo en vista de deconstruir prejuicios hacia la lengua regional. Al final, se espera que este trabajo, a la luz de toda la bibliografía que se ha estructurado, sea una guía para que los docentes trabajen con sus estudiantes la resonancia concreta de la lengua estándar y la lengua regional desde una perspectiva de aprendizaje y respeto.

Palabras clave: Idioma Regional. Norma Estándar. Respeto. La Lengua Hablada.

1 INTRODUÇÃO

A sociolinguística trata do estudo da língua que é instrumento de comunicação em relação com o meio que nos encontramos, o meio social (Coelho *et al.*, 2018). A comunidade em que vivemos é fator essencial de influência em nossa fala, fato esse que quando nos deparamos conversando com uma pessoa de outra localidade, regional, sem apresentar sua identificação de origem percebemos, que não pertence à região local pela diferença da forma de falar, que muitas vezes é nítida como o sotaque ao escutar-se falar ou em palavras de uso peculiar daquela pessoa com quem estar a conversar.

Assim, facilmente, distinguimos a origem do falante se pertence à região nordeste ou região sudeste, por exemplo, pelo sotaque que cada um tem e, assim, em todas as regiões do Brasil, não somente o sotaque, mas o uso de algumas palavras e suas significações dentro e fora do contexto gramatical, assim nos deparamos com a variação linguística. Essa por sua vez traz características peculiares que torna o Brasil rico quando o assunto é regionalismo e sua linguagem, a então, linguagem regional. Nós brasileiros

falamos português e dentro desse português vivido em cada região do Brasil à suas peculiaridades na fala, distinguindo, assim, a linguagem regional. É no decorrer deste artigo que conheceremos um pouco mais sobre a linguagem regional e algumas de suas características que passam despercebidas no dia a dia do brasileiro.

Analogamente, consideraremos a norma padrão que é a linguagem escrita gramaticalmente e, por assim ser, verificaremos no decorrer deste trabalho a realidade que implica o seu uso no cotidiano paralelo à linguagem regional. Assim, para início deste artigo se fará, para melhor compreensão, embasamento e desvio de achismo, um levantamento bibliográfico de livros, artigos, e outros trabalhos que sejam pertinentes ao que se objetiva nesta pesquisa.

Para considerar algumas observações nos basearemos nos estudos de Marcos Bagno (2012) em *Gramática pedagógica do português brasileiro*; Bortoni-Ricardo (2004) *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*, Coelho et al. (2018) *Para conhecer sociolinguística* e Soares (2017) em *Linguagem e escola: uma perspectiva social entre outros*.

Desse modo nos direcionaremos com a pergunta que nos norteará durante o percurso dessa conjuntura considerando o contexto escolar e o ambiente social em que o aluno experiencia. Almejando resposta ao questionamento: É possível no contexto da sala de aula ensinar a norma-padrão sem um olhar de rejeição à linguagem regional?

Eventualmente poderemos encontrar resistência ao proposto, visto que muitas vezes a escola resiste em ser flexível. Contudo, ela também pode ser a direcionadora, a que norteia, viabilizando uma aprendizagem que acolhe e transforma, mas não que exclui. E na visão de que a escola é lugar de todos, nesse todo é incluso o que o aluno traz consigo como parte de sua história, sua estruturação e por sua vez, a língua faz parte desse elenco que é ou precisa ser acolhida. Salienta-se, portanto, que é na escola que o aluno deve entender o contexto que ele vive, o que o espera, e o que a escola apresenta. Sendo ele conhecedor e livre para escolha e não por imposição, realidade de muitos. À medida que o aluno vai tomando conhecimento dessas verdades ele também

amplia sua sapiência, pois nós somos capazes de aprender muito mais do que imaginamos, nesse aprender *conciliamos* ou *deixamos* de fazer alguns usos ditos como “errôneos”.

Consoante, esta pesquisa tem por objetivo associar a linguagem regional e a norma padrão numa perspectiva de valoração inclusiva da linguagem. Ensinar a norma-padrão sem menosprezo da linguagem natural do indivíduo para que esse tenha apreço ao aprendizado, e faça associações paralelas entre o uso coloquial e o que é de referência à adequação dentro da norma em suas devidas exigências de aplicação. De forma que seja a sala de aula o lugar que também projeta alunos sem preconceito com a realidade linguística do outro e assim iniciada se propague contribuindo para formação de uma sociedade mais acolhedora e menos preconceituosa, quiçá conhecedora da norma padrão sem rejeição à linguagem regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 NORMA-PADRÃO

Para contexto histórico, a norma-padrão surge pela necessidade política de uma unificação da língua, centralizando-se uma referência no que diz respeito à fragmentação econômico-sócio-política do feudalismo, tornando essa união acima de toda diversidade social e regional (Faraco, 2008). O autor apresenta-nos Antônio de Nebreja, autor da primeira gramática da língua moderna, que intuitivamente buscava um padrão de língua para, por meio dessa, conter as divergências regional e social, denominando-as de norma-padrão.

Percebe-se que a língua escrita é tomada por interesse de poder para que, por meio de normas adotadas, a princípio, essa se torne referência de ideal na língua falada e escrita. O que se enquadra na definição, de que a norma-padrão exerce a função de modelo de língua descrito prescrito pela tradição gramatical, uma língua extremamente, idealizada (Bagno, 2012). É perceptível que essa língua que é referência, une todos os falantes de regiões diversas, em que suas falas e peculiaridades não devem ser abandonadas, mas adequadas.

Mas nessa vã ilusão reflete-se se, de fato, o que é referência como língua une ou exclui?

Faraco (2008, p. 75) entende que “a norma padrão é uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialetação a projetos políticos de uniformização linguística”. Já no Brasil, essa uniformização foi intenção de “combater as variedades do português popular” (Faraco, 2008, p. 50). Esse conjunto de regras gramaticais e lexicais aceitas como corretas e apropriadas em situações formais de comunicação mesmo tendo uma finalidade específica é modificada ao longo do tempo tornando-a inacessível, e se se buscar minuciosamente suas aplicações na realidade encontrar-se-á mais reverberação negativa que positiva construindo-se assim uma lacuna que separa os que a domina e os que não a conhece. Assim, compreendemos, por meio da história, o contexto de norma-padrão e o que de fato se objetiva com essa nomenclatura. Surgindo a curiosidade de o que a partir dela pode se desencadear.

Nesse discurso sobre norma padrão, encontram-se autores que divergem de ideias, como Marcos Bagno (1999), um dos críticos mais proeminentes da ideia de norma-padrão. Em sua obra *Preconceito Linguístico: O Que É, Como Se Faz*, o autor argumenta que a norma-padrão muitas vezes reflete e reforça desigualdades sociais. Ele sustenta que a padronização da língua é uma forma de legitimar as variedades linguísticas das classes sociais dominantes, marginalizando assim as variantes populares e regionais. O autor propõe uma visão mais inclusiva e democrática da linguagem, que reconheça e valorize a diversidade linguística presente na sociedade brasileira.

O apontamento de Bagno (1999) é pertinente e cabe uma reflexão mais aprofundada de como desconstruir esse reforço apontado à desigualdade social por meio da língua que a princípio seria para unificar. Contudo, Evanildo Bechara (2009) defende a importância da norma-padrão para a coesão e a eficácia da comunicação formal. Em seu *Moderna Gramática Portuguesa*, o gramático enfatiza que a norma-padrão serve como um referencial comum que facilita a compreensão mútua entre falantes de diferentes regiões e contextos socioculturais. Ele reconhece a existência e a legitimidade das variantes

linguísticas, mas argumenta que a norma-padrão é essencial para a manutenção da clareza e precisão na comunicação escrita e formal.

Nessas duas realidades a escola como uma das influenciadoras principal na aquisição da língua escrita corretamente, deve exercer um papel apaziguador entre as duas realidades e para isso deve acolher o aluno com sua realidade sem o manchar nesse processo de aquisição de conhecimento da língua padronizada. Assim, o aluno é reconhecido como ser importante nesse meio, dotado de capacidade intelectual para reverberação da língua aprendida.

O aluno é ator principal para uma sociedade que escreve corretamente e a escola é a oficina em que o aluno chega para aprender, e exercitar na sociedade o aprendido. Então, todo preconceito que se faz por meio dela surge, provavelmente, da má aplicação da exposição de sua importância. Celso Cunha e Lindley Cintra (1985), em *Nova Gramática do português Contemporâneo*, apontam a norma-padrão como uma convenção necessária para a padronização e ensino da língua portuguesa. Eles destacam que, embora a língua seja intrinsecamente variável, a padronização é vital para a documentação, ensino e aprendizado eficazes do idioma. Cunha e Cintra (1985) defendem uma visão equilibrada, reconhecendo tanto a importância da norma-padrão quanto a riqueza das variantes linguísticas.

Essas discussões são necessárias para uma possível visão transformadora do que, por que, para quê e como ensinar a norma-padrão, modificando o ensino, talvez tão mecanizado que provoca repulsa por uns estudiosos e necessidade para outros. Sírio Possenti (1996), em *Por que (não) ensinar gramática na escola*, discute a norma-padrão no contexto da educação. Possenti (1996) critica a abordagem tradicional que trata a norma-padrão como a única forma correta de linguagem, sugerindo que isso pode alienar os alunos que falam variedades não-padrão. Ele defende uma pedagogia que valorize as diferentes formas de expressão linguística dos estudantes, promovendo uma compreensão crítica das normas gramaticais e sociolinguísticas.

A norma-padrão é um conceito heterogêneo que desempenha um papel fundamental na comunicação formal e na educação. Enquanto alguns defendem sua necessidade para a clareza e coesão comunicativa, outros criticam seu uso

como instrumento de exclusão social. A compreensão dessas diferentes visões é essencial para uma abordagem equilibrada e inclusiva do ensino da língua portuguesa. Ainda como base para melhor ciência e ampliação de conhecimento sobre linguagem e suas divergências, compreendamos o que é linguagem regional no item a seguir.

2.2 LINGUAGEM REGIONAL

A língua brasileira falada no Brasil não é uniforme, de forma que em cada uma das diferentes regiões do Brasil há características próprias na fala. O que implica muitas vezes identificarmos localidades que faz uso no dia a dia de uma forma de falar bem próxima do que é referencial de escrita, a norma-padrão, e muitas outras vezes, em outras partes do país há distanciamento dessa linguagem idealizada. Diferentemente da norma-padrão, que é uma linguagem voltada para a escrita correta, obedecendo regras gramaticais como referencial, a linguagem oral quando observada seu uso em diferentes espaços regionais, têm traços peculiares que dificultam a compreensão do que se quis dizer, devido ao uso de dialeto que não faz parte do vocabulário de outra região ou de uso corriqueiro por todos os brasileiros. Dessa forma, observa-se que essa fala não escrita, mas pronunciada, traz consigo dialetos e sotaques que fazem parte de um grupo específico, não sendo tão claro seu entendimento por alguém de outra região, mas somente sendo compreendido por falantes da comunidade pertencente. Pode-se citar como um, dentre tantos, exemplos a expressão usada em boa parte do Maranhão “agora bem aí” ou “agora bem í” que tem o sentido de expressão de insatisfação com algo. Essa expressão pode deixar muitos sem entender, mas aos moradores daqui pertencentes sutilmente entendem e já levam na leveza de que algo não está sendo satisfatório.

A linguagem regional, caracterizada por suas peculiaridades lexicais, fonéticas e gramaticais, reflete a diversidade cultural e social de uma nação. Dessa forma dizem Coelho *et al.* (2018) que facilmente descobrimos a origem de uma pessoa pelo uso da fala. Para melhor compreensão, nós nordestinos falamos diariamente, “no automático” o *oxe*, *oxente*, *rum*, *hum hum*, *nam* e

muitas outras palavras que caracterizam a fala específica de quem é nordestino, uma linguagem que nos difere de outras localidades. Faraco (2008, p. 75) ressalta que:

[...] costuma haver modos peculiares de falar (ou seja, há normas específicas) e o comportamento normal do falante é variar sua fala conforme a comunidade de prática em que ele/ela se encontra. E parte do repertório linguístico de cada falante um senso de adequação, ou seja, ele/ela acomoda seu modo de falar às práticas correntes em cada uma das comunidades de prática a que pertence.

Desse modo, as comunidades em si não enxergam “erros”, “inadequações” na fala sendo, por ser tão corriqueiro essa presença, nem mesmo não entendem o motivo de muitas observações preconceituosas. Contudo, Faraco (2008) e Coelho *et al.* (2018) apresentam peculiaridades que cada comunidade tem, e vê-se a complexidade que há em desestruturar a língua para implantação, imposição da que é proposta como correta.

Marcos Bagno (1999), em *Preconceito Linguístico: O Que É, Como Se Faz*, argumenta que as variantes regionais são frequentemente vistas de forma pejorativa e inferiorizadas em comparação à norma-padrão. O linguista critica o preconceito linguístico que marginaliza essas variantes, defendendo que todas as formas de falar têm valor e importância cultural. Ele destaca que a linguagem regional é uma expressão autêntica das experiências e identidades dos falantes, e sua valorização é necessária para a inclusão social e a diversidade cultural. É perante essas variações e valorização que se inicia uma educação transformadora, determinante para inclusão e socialização de todos os falantes, sem que algum se sinta excluído por sua forma de falar fazendo uso de dialetos inerentes ao convívio seu na comunidade a que pertence.

Nesse processo Bortoni-Ricardo (2004) aponta a eficácia que é uma pedagogia sensível, em que seu exercício acolhe e reconhece o aluno e sua cultura frente à também realidade cultural da escola que se divergem, contudo, por essa sensibilidade sugere modos eficientes para reconhecimento por parte do aluno dessa cultura diferença.

Ao delinear-se embasado nessas propostas percebe-se que o exercício do professor é bem mais amplo do que expor conteúdos em suas aulas, é buscar

estratégias para expor conteúdo e sensibilizar o aluno das diferentes identidades culturais que cada um pertence. Marcos Bagno (2012) evidencia que existe juízo quanto ao uso da língua e sua identificação originária, contudo, Bortoni-Ricardo (2004) apresenta como amenização desse impacto, se não solução, a sensibilidade a identificação cultural do aluno e seu instrumento de comunicação, a língua.

Em síntese, a linguagem regional é um elemento básico da diversidade linguística e cultural de uma nação. Estudos feitos por muitos autores nessa perspectiva como os citados nesse tópico oferecem perspectivas valiosas sobre a importância de valorizar e integrar as variantes regionais no contexto educacional. A valorização dessas variantes é essencial para a promoção da inclusão social, da igualdade de oportunidades e do respeito mútuo. Acolher o aluno e o repertório linguístico dele na escola é tornar a escola agente ativo na formação de alunos bilíngues, não na aquisição de um idioma de outro país, mas no conhecimento das variantes linguísticas que há em diferentes regiões do nosso país. Na sequência, vejamos os apontamentos para adequação à norma-padrão face às peculiaridades das variantes linguísticas.

2.3 É NECESSÁRIO ESQUECER A LÍNGUA LOCAL PARA ADEQUAR-SE À NORMA PADRÃO?

O ser humano está em constante transformação devido à influência do meio que convive. A nossa língua também sofre transformações, quando adotado novas palavras ao repertório linguístico mais ampla se torna a capacidade comunicativa, pois “a língua comporta regras variáveis que permitem que um falante A aprenda uma forma usada por um falante B e adote como sua, sem abandonar a forma que usava” (COELHO et al., 2018, p. 63).

O ser humano tem estrutura cognitiva suficiente para ir além de uma aprendizagem, desestruturando toda crença na qual o levou a acreditar ser limitado para aprender, pois quanto mais esse se habilita a aprender, mais consciente é do seu eu antes “limitado” para evolução intelectual no agora, reorganizando seu aprendizado de forma estruturada e circunspecto.

Assim, a escola tem relevante papel nessa estruturação de aprendizagem, para contribuir positivamente para o aluno e este leve em consideração que o aprender serve para somar, respeitar e acolher o outro com sua identidade, considerando a língua que esse traz consigo desde os primeiros anos de aprendizagem comunicativa. É notável ainda que a cada nova aprendizagem, devido à prática e execução do aprendido, muitas vezes vai, o novo aprendido, assumindo papel de destaque, podendo passar para o esquecimento ou não, o que não implica em necessariamente precisar-se esquecer uma língua para aquisição de outra com afirmações de que a língua falada antes era a errada. Se assim for, cai-se na armadilha do preconceito, ocasionando por consequência um silenciamento de muitos alunos. Ferrarezi Jr. (2014, p. 37) já dizia que “A prática do silêncio tem-se perpetuado nas formas mais diversas e é relativamente fácil identificar suas manifestações”, dentre elas cita-se a imposição de aprender uma língua correta que se manifesta, particularmente na escola.

É importante lembrarmos de que é na escola que temos contato com a aprendizagem, contato com diferentes ideias, pessoas de origem diferente da nossa e, por isso, esse local torna-se referência de acolhimento e de formadores que vivem conscientes do respeito que se deve ter um para com o outro, principalmente na fala. Soares (2017, p. 78) menciona que:

A sua missão [da escola] não é a de fazer com que os educandos abandonem o uso de sua gramática “certa”, e sim de auxiliá-los a adquirirem, como se fora uma segunda língua, competência no uso das formas linguísticas da norma socialmente prestigiada, à guisa de um acréscimo aos usos linguísticos regionais e coloquiais que já dominam.

Assim a escola tem papel de inclusão seja da norma-padrão, escrita correta, e linguagem regional, fala peculiar de um povo sem obrigação de obediência ao que é norma, mirando um novo percurso ampliando espaço para norma - padrão e linguagem regional estarem presentes no processo de aprendizagem sem exclusão de quem as pratica e sim analogamente. É essencial compreender que se adequar à norma-padrão não implica a necessidade de abandonar a língua local. Pelo contrário, é possível valorizar e

preservar a riqueza das variantes regionais enquanto se adquirem competências na norma-padrão.

Nesse contexto, Bagno (2012, p. 1955) assevera que:

Uma vez que a tarefa da educação linguística consiste não só em ensinar o que as pessoas não sabem, mas, também em alertá-las quanto aos usos que ainda sofrem discriminação por parte dos falantes urbanos mais letrados, não se deve ter medo de apresentar como erros seus usos (e por vezes abusos) de palavras e construções hipercorretas.

Dessa forma, aprender a norma-padrão deve ser, no mínimo possível, satisfatório ao aluno, contudo, ações daqueles que se acham conhecedor das normas gramaticais e conhecem um pouco mais a norma-padrão se acham no direito de cobrar, impor ao que não a conhece, gerando um bloqueio nesse aluno. Mas se a esses que estão um pouco à frente quanto ao uso da norma-padrão aprenderem sobre a importância também da linguagem regional, o ensino dessas duas variantes passará a ser entendida, compreendida como uma nova língua que se adquire não por obrigação, mas para ampliação comunicativa, possibilitando inclusão a todos, tanto como ser, como em língua falada e escrita.

Logo Bagno (2012) ao denotar abusos dos que conhecem a norma-padrão aos que não são familiarizadas às regras gramaticais na fala e escrita, chama atenção para o papel daquele que está à frente do ensino para melhor condução desses em sala de aula, direcionando-os para não haver discriminação alguma.

Analogamente, Soares (2017) ao apontar a escola como ambiente formador, mira num ensino da norma-padrão como um novo idioma sem abandonar a de seu uso corriqueiro. E assim semelhantemente o aprendizado da linguagem regional, que são dizeres, dialetos, expressões, usadas por alunos, menos instruídos quanto ao uso das regras gramaticais, que fazem uso dessas muitas vezes repletas de singularidades sendo apoios essenciais para comunicação inerente às comunidades a que pertencem. Esses alunos devem ser apoiados a coparticipar com sua linguagem regional para aqueles que compartilham do mesmo espaço de aprendizagem que são um pouco mais

conhecedores da norma-padrão, aprendam também sobre sua regionalidade para assim promover respeito à origem cultural do outro.

Portanto, a adequação à norma-padrão não exige o abandono da língua local. Pelo contrário, é possível e desejável que as práticas educativas promovam a coexistência harmoniosa entre a norma-padrão e as variantes regionais. Este enfoque não só enriquece o aprendizado linguístico, mas também promove a inclusão social, a valorização da diversidade cultural e o respeito às identidades linguísticas dos falantes. A pessoa do professor regente da e na sala de aula é essencial nesse processo, o que nos chama a atenção no tópico a seguir.

Qual o papel do professor ao trabalhar variação linguística e norma padrão? É possível nossos alunos entenderem a norma padrão sem abandonar a linguagem que ele traz consigo?

É o professor a pessoa que diretamente está envolvida com a aprendizagem do aluno, tendo proximidade da realidade que cada aluno traz consigo, identificando os desvios no processo de aprendizagem e a partir disso o projetor de transformação dessa realidade. O que passa exigir muito mais do que o saber aplicar, mas como aplicar didaticamente um ensino transformador que não seja doutrinador.

Seu papel no ensino de variação linguística e norma-padrão é fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes das diferentes formas de expressão que coexistem na sociedade. A educação linguística deve ir além da simples transmissão de regras gramaticais da norma-padrão; deve também valorizar e respeitar as variantes regionais e sociais que os alunos trazem consigo. Este equilíbrio é essencial para promover a inclusão, a valorização da diversidade linguística e o desenvolvimento pleno das competências comunicativas dos estudantes.

Para que o aluno se molde ao que é visionado como acerto será necessário trabalho conjunto com o professor, pois “os chamados erros”, por Bagno (2012, p. 933), só os são porque a maioria das pessoas acredita assim ser, e que por isso devem ser combatidos para inserção da pessoa na cultura letrada. Dessa forma o erro

[...] é tudo aquilo que não pertence às “variedades urbanas de prestígio” que nossos alunos cometem têm explicação no próprio sistema e processo evolutivo da língua. Portanto, podem ser previstos e trabalhados com uma abordagem sistêmica (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 9).

Para tanto, é necessário convencer o professor, de que tal correção se dará pela observação do desvio de acerto, que algumas palavras, frases, dialetos aplicados ou usados se desconectam do uso formal devido ao olhar isolado que se tem dessas. Então a reestruturação desse conhecimento se faz a partir da integração em um todo.

E é nesse afazer que conjuntamente o professor valoriza sua sala de aula no todo, incluindo no discurso um diálogo entre os que cometem o dito “erro” e os que produzem acertos e todo o contexto que envolvem a ambos. Dessa forma, identificando e apresentando as diferenças torna-se via que causam conscientização e aceitação do outro com seus “erros” ou “acertos”. Com essa finalidade, Bortoni-Ricardo (2004, p.42) ressalta que:

Da perspectiva de uma pedagogia culturalmente sensível aos saberes dos alunos, podemos dizer que, diante da realização de uma regra não-padrão pelo aluno, a estratégia da professora deve incluir dois componentes: a identificação da diferença e a conscientização da diferença.

Eventualmente com esse propósito se torna mais viável um aprendizado não doutrinador no qual o aluno aprende porque quer e até mesmo como caminho de conhecimento de seu passado, e não porque é imposto a ele, e assim possibilita conhecimento de uma nova linguagem. Entendamos a partir de então essa nova língua e as possibilidades ou não que essa habilita em posse desse aluno.

A saber, quanto mais se pratica algo, mais habilidoso se é na execução dessa prática. Se aprendemos algo que queríamos desempenhar, deixa conseqüentemente de ser desconhecido e passa a ser conhecido. E assim como um bom jogador de futebol ou qualquer esporte, só é reconhecido quando esse tem domínio de suas jogadas, como, por exemplo, um drible bem feito ou jogada ensaiada para efetivar o gol em campo. Esses só conseguem êxito para tal

finalidade porque foi trabalhado o alcance do lance certo, considerando erros cometidos antes, assim é a língua.

Essas exemplificações são para melhor nos situarmos quanto à aprendizagem de uma linguagem, quanto à aprendizagem da norma-padrão. Para qualquer um aprender seja qual for a linguagem se dará aos poucos, a partir das observações e conscientização de seus erros e depois desses, observar e praticar seus possíveis acertos que se dará gradativamente.

Ao passo que, por muitos, os erros já não serão mais cometidos no lugar dos acertos e os acertos serão ocasionados por opção de escolha e conhecimento deixando de ser uma única opção o erro. Pois o que era desconhecido, agora passa a ser parte de um repertório em uso, da mesma forma o que era, antes, tido como “erro” passa a fazer parte, por alguns, do repertório em desuso, assim sendo não esquecido, mas ciente do seu equívoco quando empregado.

Corroborando com Coelho *et al.* (2018, p. 71):

Basta pensarmos em como ocorre um processo de mudança. Vimos que é possível que, em seu repertório linguístico, um falante disponha de mais de uma forma para expressar o mesmo significado – temos aí a variação linguística. Ocorre que, dentro do repertório linguístico desse falante, pode acontecer, também, um desfavorecimento gradual da forma original.

Observa-se que as práticas de acertos conduzirão o aluno sem pertença ou obrigação a desfazer-se do que era observado como erro. E por escolha do aluno em um diálogo oral ou escrito passa a selecionar palavras para melhor se expressar e assim ser entendido o dito por ele.

E, por conseguinte, o aluno começa a fazer escolhas mais adequadas, o que toma lugar de outra que caiu em desuso de seu vocabulário à medida que surgem novas em seu repertório. Cair em desuso não significa que as palavras, expressões antes usadas perderam seu significado, mas pelo contrário, agora o seu uso ganha mais relevância a depender do contexto e espaço em que se insere. O que, para Coelho *et al.* (2018, p. 73, grifo dos autores) implica dizer de outra forma que:

Isso significa que o fato de existirem duas variantes competindo o mesmo contexto não quer dizer que uma delas vai se tornar obsoleta e que a outra vai se tornar a forma usual. Duas formas podem conviver em variação durante anos sem que haja a substituição de uma pela outra, ou seja, sem que haja mudança completada, numa *variação estável*.

Assim, dizer que é necessário esquecer um idioma para dominar outro é equívoco, mas um é referência para se aprender outro, o que pode acontecer é que algumas dessas palavras caiam no esquecimento, o que não é um evento provocado, mas um evento natural a depender do indivíduo e de suas dotações ou limitações. O ser humano tem capacidade cognitiva de aprender não só uma, nem duas, mas várias línguas, depende somente do que ele realmente quer.

Bagno (2012, p. 31) ainda nessa perspectiva argumenta:

A educação em língua materna não é sinônima de um ensino exclusivo de uma única educação em língua, muito menos de uma modalidade obsoleta e anti-intuitiva. Educar em língua materna é permitir o acesso dos aprendizes ao maior número possível de modalidades faladas e escritas de sua língua, modalidades, que só se realizam empiricamente, concretamente, na forma de gêneros textuais.

Enfim, o ensino deve ser um norteador em que se deve apresentar as várias possibilidades a percorrer. E assim “desmoldando” a impressão de uma única via de acertos, mas apresentando e possibilitando os vários percursos induzem ao acerto. Isto por meio de diálogo aberto, oportunizando e acolhendo a fala de cada um com suas particularidades de vocabulário e pronúncia.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é baseada e estruturada em pesquisa bibliográfica que justifique assim a intenção proposta como objetivo. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 54):

Pesquisa bibliográfica é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos. [...] Entre os livros, distinguem-se os de leitura corrente e os de referência. Os primeiros constituem objeto de leitura refletida,

realizada com detida preocupação de tomada de notas, realização de resumos, comentários, discussão etc.

Assim, as referências bibliográficas elencadas são norteadoras ao pesquisador, após serem lidas e refletidas, para uma busca mais aprofundada ou atual sobre o assunto abordado. Uma vez que há diferentes contextos e cenários entre o período da publicação e o tempo atual.

Por conseguinte, este trabalho abrange obras em períodos distintos, mas tendo a mesma relevância. Para tanto nos valeremos, a princípio, das obras de autores como Bortoni-Ricardo (2004), Faraco (2008), Bagno (2012), Soares (2017) e Coelho et al. (2018).

A metodologia que é, segundo Marconi e Lakatos (2017, p. 91):

[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Será um método indutivo, que se baseia nas premissas apontadas, certificando-se da amplitude do conteúdo abordado Marconi e Lakatos (2017), uma vez que as fontes pesquisadas nos levam compreender e acreditar que o ensino de línguas é importante e ambos apontam para uma busca de meios para eficácia do ensino da língua sem imposição a alunos de realidades diversas.

Assim, inicialmente, apresenta-se o conceito referencial histórico da norma-padrão, as mudanças ocorridas desde sua instituição a atualidade, e conceito de linguagem regional. Logo depois as implicações do ensino da norma-padrão em substituição da linguagem regional em que autores revelam a capacidade que o aluno tem em aprender sem apagar sua identidade linguística. E por fim o papel da escola e o do professor nesse processo discutidos por esses autores que apontam a grande importância que ambos exercem na formação do aluno como ser falante e crítico na sociedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Efetivamente, a língua, quando ensinada com um olhar mais acolhedor e menos doutrinador, reforça a capacidade, potência que cada um tem em aprender e dominar uma nova língua. E aprender uma nova língua não significa descarte da que se fazia uso antes, mas ampliação do léxico-vocabulário, ampliação comunicativa, escrita e falada.

Dessa forma, a escola tem papel relevante quando o assunto é também ensino de língua, pois não é somente ensino, mas convivência, abertura, aceitação e desconstrução de uma visão preconceituosa que, muitas vezes, se tem do outro e sua história no contexto cultural. Haja vista que o Brasil é um país que tem uma miscigenação de povos, não sendo uma origem única, mas a mistura de vários povos vindo de diferentes lugares.

E a escola é esse pequeno espaço que deve ter abertura e acolhimento sem a visão distinguidora da origem dos que ali sem encontram ao passo que é ela a apresentar as diversidades cultural e linguística que há no Brasil, permeando conhecimento (conhecimento que cada aluno leva como bagagem identitária a saber a língua, visto que a sala de aula é espaço acolhedor de alunos de várias realidades bem como rural, urbana, quilombola, indígena, rico, pobre, carente...) de que somos um país que na fala há diversidade vocabular e que essa diferença no vocabulário tem o mesmo sentido, sendo somente expressa de forma diferente e que na escola encontra-se a que é para ser como unificação dessas linguagens para somar com a capacidade de aquisição que o aluno tem.

Portanto, o ensino da norma-padrão trabalhado como ampliação da língua favorece um aprendizado motivador e acolhedor que direciona o aluno a ver o outro com sua origem como soma de riqueza cultural em que a língua é essa ponte entre os diferentes povos e linguagens no Brasil.

5 CONCLUSÃO

O ensino de linguagem na escola é importante para o desenvolvimento intelectual do aluno e como é executado esse ensino é determinante. Por isso, a escola deve ter um olhar sensível ao público-alvo, o aluno.

Essa sensibilidade na pessoa do professor é que identificará no aluno sua característica na fala ao notar diferentes expressões linguísticas e dialetos inerentes à realidade dele na sua comunidade. E esse aluno que chega à escola para aprender deve acolhido para aprender mais uma linguagem e sentir pertencente ao ambiente de aprendizagem.

Assim, a linguagem regional e a norma-padrão são proporcionalmente importantes ao aluno. Quando vista sem preconceito reverbera como riqueza cultural e por isso valorizada pelos que as conhecem e praticam para comunicar-se.

Dessa forma este trabalho idealizado aponta que a metodologia exercida para o ensino da norma-padrão deve ser repensada quando vista como única linguagem correta. E que o regionalismo presente na fala do aluno advindo de sua realidade cultural não deve ser exposto como algo a esquecer para se aprender a norma-padrão.

Por fim, espera-se que esse trabalho seja auxílio ou apontamento para o professor trabalhar em suas aulas a norma-padrão numa dinâmica mais acolhedora em que todos, presentes na sala de aula, sejam participativos na interação e comunicação com suas características peculiares na fala, e assim sintam-se coautores nesse e para esse aprendizado.

REFERÊNCIAS

BORTONI-RICARDO, S.M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: O Que É, Como Se Faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

COELHO, I. L. *et al.* **Para conhecer a linguística**. Ed.1. São Paulo: Contexto, 2018.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FERRAREZI JUNIOR, C. **Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna**. São Paulo: Parábola, 2014.

MARCONI M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. São Paulo: Contexto, 2017.